



Plano Concelhio Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (Plano) 2010-2013



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO

- CMC/DSAU - Ricardo Caldeira
- Coordenador do Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo -
GPISA

Cascais, Fevereiro de 2011

ÍNDICE	
INTRODUÇÃO	3
I. OBJECTIVOS E METAS - Execução 2010	5
II. ACÇÕES A IMPLEMENTAR POR EIXO DA ENIPSA - EXECUÇÃO 2010	6
EIXO 1 - CONHECIMENTO DO FENÓMENO	7
EIXO 2 - QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	9
III. DADOS GLOBAIS DE EXECUÇÃO 2010	13
IV. AVALIAÇÃO QUALITATIVA	14
V. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO	16

INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo 2009-2015 (ENIPSA), lançada em Março de 2009, reuniu um conjunto de orientações gerais cuja implementação se concretiza a nível local, no âmbito das Redes Sociais.

Em Cascais foi constituído um Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem-abrigo, coordenado pela Divisão de Promoção da Saúde e integrando a Divisão da Rede Social e da Igualdade de Género, o Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais e o Serviço Local de Segurança Social de Cascais, com o objectivo de definir e implementar um Plano Concelhio para a Integração de Pessoas Sem Abrigo (Plano).

Este instrumento foi apresentado e votado favoravelmente em Plenário do CLAS da Rede Social de Cascais em 4 de Março de 2010, tendo sido posteriormente apresentado como informação em Reunião de Câmara de 17 de Maio de 2010.

Com um horizonte temporal de 2010 a 2013, a intervenção programada no âmbito do Plano, foi faseada com prioridades distintas de acordo com o seguinte:

- 2010-2011
 - Implementação de um esquema de procedimentos para intervenção na emergência e acompanhamento das situações sinalizadas;
 - Realização de um diagnóstico sobre a dimensão e natureza do fenómeno;
 - Promover uma percepção comum do problema e das soluções necessárias;
 - Promover a organização territorial das entidades envolvidas na intervenção junto das pessoas sem-abrigo;
 - Promover a qualificação da intervenção, na perspectiva de uma intervenção integrada;
 - Contribuir para a actualização de informação no âmbito da ENIPSA;

- 2012 -2013
 - Criar / reformular as respostas e metodologias de intervenção necessárias
 - Desenvolver estratégias e respostas para pessoas/famílias em risco de ficar sem-abrigo
 - Desenvolver acções de formação e sensibilização

O Relatório de execução e avaliação que se apresenta, concentra a sua análise no primeiro limite temporal, mais concretamente nas metas e acções definidas para 2010, destacando-se como principais resultados alcançados, os seguintes:

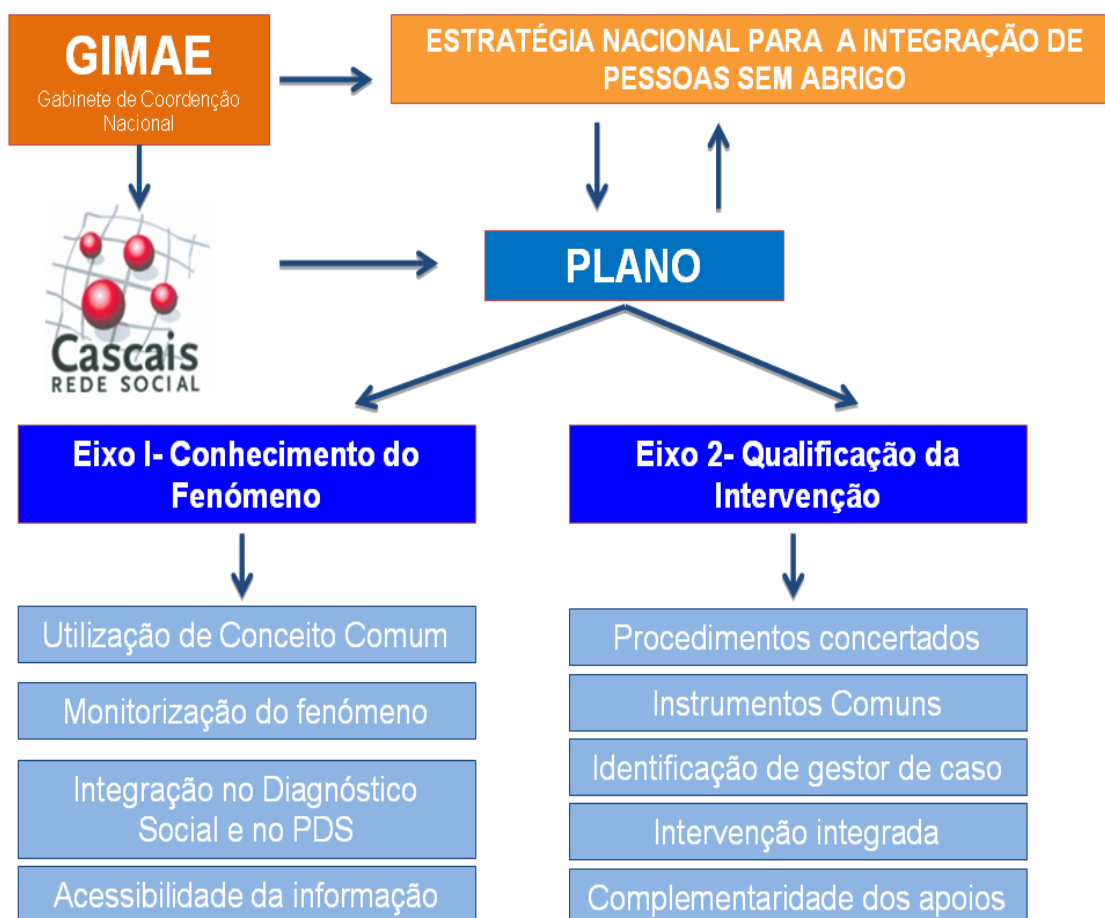
- ✓ A articulação constante com a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, garantindo o alinhamento do Plano com as orientações nacionais e europeias;
- ✓ O conhecimento mais exacto da problemática e da situação das pessoas sinalizadas como sem abrigo;
- ✓ A concretização de um pré-diagnóstico concelhio, que possibilitou a construção de uma base de dados concelhia, que assegura a monitorização do fenómeno;
- ✓ O maior alinhamento dos técnicos na análise das situações em acompanhamento;
- ✓ A optimização de recursos, possibilitando a diminuição de acompanhamentos paralelos e uma referência dos recursos disponíveis mais eficaz;

- ✓ A maior responsabilização na intervenção junto das situações sinalizadas, pela atribuição da figura do gestor de caso;
- ✓ A concretização de um esquema de procedimentos para intervenção na emergência, constituindo 2 equipas especializadas para intervenção na emergência;
- ✓ A concretização de um esquema de procedimentos para intervenção após a emergência, constituindo 6 equipas por Freguesia para acompanhamento das situações sinalizadas;
- ✓ A mobilização de uma rede de recursos concelhios para resposta a necessidades de intervenção junto das pessoas sem-abrigo;
- ✓ A diminuição do número total de casos activos de 100 para 59;
- ✓ A diminuição do número total de casos sinalizados sem gestor de caso atribuído de 42 para 19;
- ✓ A actualização de informação relativa a 33 situações sinalizadas, por estarem duplicadas ou por não se enquadrarem no conceito de sem abrigo previsto no Plano;
- ✓ A participação no Peer Review in Social Protection and Social Inclusion - Building a comprehensive and participative strategy on homelessness realizado a 4 e 5 de Novembro de 2010, a convite da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo, para apresentação do Plano Concelhio;
- ✓ A apresentação do Plano no contexto do XI Encontro de Saúde Mental de Cascais;
- ✓ A partilha de informação com redes europeias ao nível da intervenção junto das pessoas sem-abrigo, nomeadamente com a FEANTSA (Federação Europeia de organizações com intervenção junto dos sem abrigo) e a HABITACT (european Exchange fórum on local homeless strategies);
- ✓ Publicação de informação relativa ao Plano no boletim electrónico da HABITACT - issue 3 de Junho de 2010.

I. OBJECTIVOS E METAS ATÉ 2011 - Execução 2010

Objectivos	Metas Até 2011	Intervenção concretizada em 2010
A. Promover uma resposta concertada nas situações de sinalização de pessoas sem-abrigo	1. Elaboração de um guia de procedimentos, já aferido, que garanta a complementaridade dos apoios e a continuidade da intervenção	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011
B. Realizar uma intervenção integrada em situação de rua e ao nível do acompanhamento das pessoas sem-abrigo	2. Nos Diagnósticos e Planos de Intervenção individuais das pessoas acompanhadas são tidas em consideração todas as dimensões de vida da pessoa	Concretizado ao nível das orientações junto dos gestores de caso. Não disponível informação quanto à sua operacionalização
C. Promover o conhecimento sobre a dimensão e natureza do fenómeno através do estudo da realidade das pessoas sem-abrigo e da análise da capacidade de resposta dos recursos concelhios	3. Existência de um diagnóstico que permita uma actualização e melhor adequação do Plano ao contexto e às necessidades locais	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011 Concretizado pré-diagnóstico em 2010
D. Garantir a existência de gestores de caso nas situações sinalizadas	4. 80% das situações sinalizadas têm definido um gestor de caso	✓ 48% das 127 situações sinalizadas têm um gestor de caso atribuído
E. Garantir a definição e implementação de planos individuais de intervenção , com base numa avaliação diagnóstica	5. 40% das situações sinalizadas acordaram um Plano de Inserção	✓ 17% das 127 situações sinalizadas acordaram plano de intervenção




II. ACÇÕES A IMPLEMENTAR POR EIXO DA ENIPSA - Execução 2010






EIXO 1 - Conhecimento do Fenómeno

Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
i. Promover a utilização a nível nacional do conceito de pessoa sem abrigo definido pela estratégia	1. Utilizar o conceito de pessoa sem abrigo definido pela estratégia nacional nos diversos instrumentos de planeamento e divulgar o mesmo pelos membros da Rede Social	Ao longo da vigência do Plano	✓
ii. Garantir a monitorização do fenómeno, com vista à adequação de respostas, através de sistema de informação e monitorização	2. Elaborar um diagnóstico inicial da prevalência e tipologia de pessoas sem-abrigo no concelho	Fevereiro - Abril 2010	✓
	3. Uniformizar os instrumentos de recolha de informação diagnóstica a utilizar pelos gestores de casos, garantindo a inclusão das variáveis recomendadas pela ENIPSA	Janeiro - Março 2010	✓
	4. Manter uma base de dados actualizada com informação produzida pelos gestores de caso e entidades sinalizadoras.	A partir de Fevereiro 2010	✓
	5. Produzir relatórios anuais a partir do tratamento da informação decorrente da base de dados comum.	Dezembro - anualmente	✓
	6. Alimentar o sistema de informação nacional para a monitorização do fenómeno com a informação dos dados recolhidos no concelho	A definir ao nível nacional	Aguarda Orientações da Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem Abrigo



PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
iii. Assegurar que os diagnósticos e os planos de desenvolvimento social das redes sociais incluem indicadores relativos ao fenómeno sem-abrigo	7. Garantir o acompanhamento deste Plano por parte do Núcleo Executivo do CLAS	Ao longo da vigência do Plano	
	8. Garantir a inclusão, no Diagnóstico Social e documentos complementares da Rede Social, de indicadores de caracterização do fenómeno sem-abrigo e dos respectivos factores de risco	Nos momentos de actualização/ concepção dos documentos	
	9. Integrar no PDS e PA objectivos relativos à integração das pessoas sem-abrigo,	PA - 2010 PDS - 2011	
iv. Garantir a actualização permanente do conhecimento e a luta contra a discriminação		Após 2011	
v. Garantir a acessibilidade e disponibilização de informação permanentemente actualizada sobre o tema e os recursos existentes.	10. Disponibilizar aos membros do CLAS, nos sítios Web da Rede Social e da CMC os sumários técnicos dos relatórios anuais de intervenção, com indicadores de evolução do fenómeno sem-abrigo.	Janeiro - a partir de 2011	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011
	11. Disponibilizar nos sítios Web da Rede Social e da CMC o Guia de procedimentos e recursos para situações de sem-abrigo e outros documentos/recursos a produzir no âmbito deste fenómeno.	Janeiro 2011	


EIXO 2 - Qualificação da Intervenção

Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
i. Promover a qualidade técnica da intervenção	12. Implementar um esquema de procedimentos comuns para a intervenção nas situações de pessoas sem-abrigo	A partir de Março 2010	
	13. Utilizar modelos comuns de ficha de identificação, de diagnóstico e de Plano de Inserção, no atendimento de 1ª linha e acompanhamento pelos gestores de caso	A partir de Março 2010	Concretizado apenas ao nível da ficha de identificação
	14. Realizar um workshop para a discussão e melhoramento dos procedimentos e instrumentos experimentados	Novembro 2010	Opção validada pelo GPISA quanto ao adiamento da acção para 2011
	15. Elaborar e divulgar junto dos agentes sociais um guia de procedimentos e de recursos para situações de sem-abrigo	Janeiro 2011	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011
ii. Garantir a eficácia e eficiência na intervenção	16. Implementar uma resposta concelhia de triagem das situações de sem-abrigo sinalizadas.	A partir de Março 2010	
	17. Implementar uma resposta especializada, para intervenção na emergência e acompanhamento das situações de sem-abrigo após a sua sinalização, durante o tempo necessário.	A partir de Março 2010	




PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
ii. Garantir a eficácia e eficiência na intervenção	18. Mobilizar recursos concelhios para intervenção em situações de sem-abrigo, garantindo respostas ao nível da manutenção da higiene, alimentação, vestuário, adesão e manutenção de terapêuticas clínicas	A partir de Março 2010	
	19. Propor e procurar soluções concelhias ao nível de respostas de alojamento em conformidade com o resultado do diagnóstico dos casos existentes	Março - Junho 2011	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011
	20. Incluir na base de dados indicadores que permitam a avaliação da intervenção	A partir de Março 2010	
iii. Garantir a qualidade das respostas, dos serviços prestados e a logística operacional dos equipamentos fixos ou móveis que prestam apoio às pessoas sem-abrigo			Execução não prevista para 2010

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

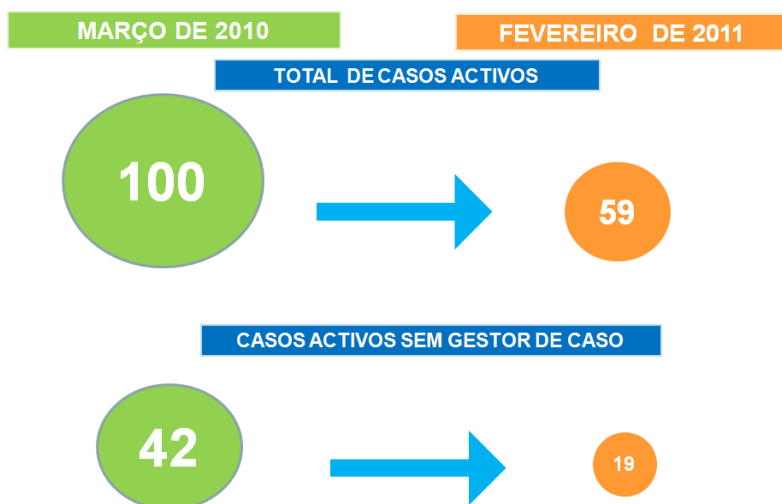
Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
iv. Assegurar a existência de respostas que garantam que ninguém é desinstitucionalizado sem que tenham sido accionadas todas as medidas necessárias para lhe garantir um lugar adequado para viver, bem como os apoios necessários sempre que se justifique	21. Divulgar contactos e articular com instituições de alojamento temporário no sentido da sinalização prévia de situações potenciais de sem abrigo decorrentes de processos de desinstitucionalização, nomeadamente com: <ul style="list-style-type: none"> • Lares de crianças e jovens; • Hospitais e Hospitais psiquiátricos; • Comunidades terapêuticas; • Centros de abrigo e Casas abrigo; • Estabelecimentos prisionais; • Pensão totalmente paga pela acção social 	Março - Maio 2011	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011
v. Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas	22. Definir com o serviço local de segurança social procedimentos relativos ao alojamento de emergência e financiamento das mesmas, para as situações de sem abrigo sem história de rua.	Março 2010	
vi. Assegurar o apoio técnico à saída de um alojamento temporário durante o tempo necessário	23. Nomear Gestores de Caso para apoio e acompanhamento das situações de saída de alojamento temporário e articulação com estas instituições, logo que os casos sejam sinalizados	A partir de Março 2011	Execução não prevista para 2010 - Programada em Plano de Acção para 2011

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

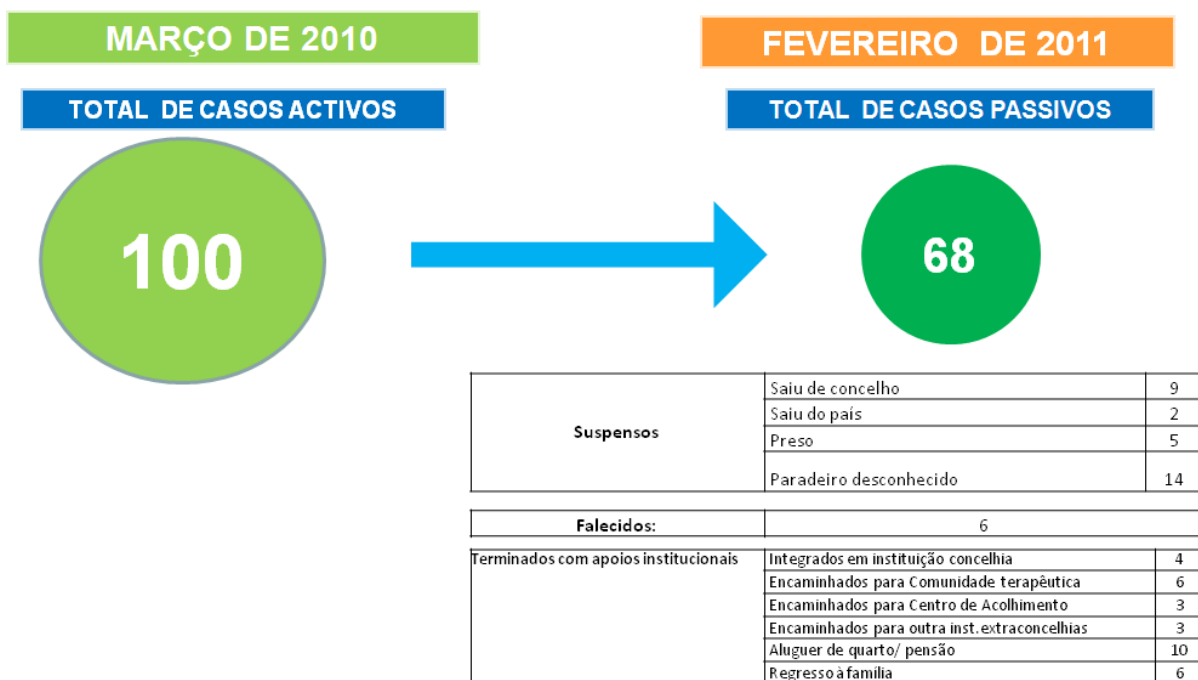
Medidas propostas pela ENIPSA	Acções a implementar em Cascais	Calendarização	Concretizado em 2010
vii. Assegurar a existência de condições que garantam a promoção de autonomia, através da mobilização e contratualização de todos os recursos disponíveis de acordo com diagnóstico de necessidades	Acordar com as entidades sectoriais, procedimentos facilitadores do acesso aos respectivos serviços e apoios, nos casos de pessoas sem-abrigo, os quais serão traduzidos em acções concretas a inscrever nos Planos de Intervenção Individuais.	Março 2010	
* Protecção Social - Assegurar o acesso a todas as medidas de protecção social		Março 2010	
* Saúde - Assegurar a acessibilidade aos cuidados de saúde		Março 2010	
* Emprego - Disponibilizar soluções de formação profissional e de emprego adequadas		Março 2010	Execução não prevista para 2010
* Habitação - Criar condições de alojamento disponibilizando habitações de propriedade pública e privada para arrendamento directo ou mediado		Junho 2011	Execução não prevista para 2010

III. DADOS GLOBAIS DE EXECUÇÃO 2010

- 1- Evolução do número total de casos activos (em acompanhamento) entre Março de 2010 e Fevereiro de 2011 e evolução do número total de casos activos sem gestor de caso no mesmo período:



- 2- Distribuição do número total de casos inactivos (que não se encontram em acompanhamento) em Fevereiro de 2011 por tipo de motivo:



IV. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Os dados de avaliação qualitativa que a seguir se apresentam, foram solicitados em instrumento de avaliação construído para o efeito, aos elementos que integram o GPISA, às Equipas Especializadas e aos Coordenadores das Equipas por Freguesia.

Registando-se apenas a resposta das Equipas Coordenadoras de Cascais e Carcavelos, os elementos de avaliação foram revistos e actualizados com os contributos decorrentes da reunião de avaliação da execução 2010 realizada a 3 de Fevereiro de 2011 e que contou com a participação do GPISA, Equipas Especializadas, Equipas Coordenadoras por Freguesia, Directora do DHS e Vereadora do Pelouro.

1. AVALIAÇÃO COM BASE NO CUMPRIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DEFINIDAS PARA OS DIVERSOS INTERVENIENTES ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO PLANO

a. Relativamente ao GPISA (Grupo de Planeamento da Intervenção com os Sem Abrigo):

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma articulação directa com as equipas especializadas e equipas coordenadoras de freguesia; - Existência de uma representação Concelhia para a intervenção junto dos sem abrigo a nível local e a nível nacional - ENIPSA; - Existência de uma metodologia para monitorização do Plano; - Proximidade de articulação com a ENIPSA, FEANTAS e HABITACT; - Participação em reuniões promovidas pela ENIPSA para discussão/reflexão de estratégias de intervenção; - Disponibilidade das entidades que integram o GPISA na definição e implementação do Plano; - Partilha de responsabilidades interinstitucionais na tomada de decisão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzida afectação de tempo dos elementos do GPISA para um acompanhamento mais regular do processo de implementação do Plano;

b. Relativamente às Equipas Especializadas:

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Melhor conhecimento da realidade dos sem abrigo a nível concelhio; - Maior coordenação com outras instituições - Identificação de recursos específicos para a intervenção na emergência e o seu âmbito/competências de intervenção 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade nas deslocações a horas que excedem o horário laboral; - Dificuldades de contacto com as pessoas sem-abrigo - Inexistência de um protocolo de intervenção comum à intervenção de ambas as equipas .

c. Relativamente às Equipas Coordenadoras de Freguesia:

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de entidades que respondem a um numero de necessidades básicas (higiene/bens alimentares/vestuário); - O elevado número de situações com RSI, que possibilita a identificação de gestor de caso; - Disponibilidade por parte dos Técnicos para avançar com os Planos de Inserção; - Possibilidade de estabelecer um Plano mais adequado às necessidades reais dos sem abrigo - Clarificação do processo de intervenção junto da pessoa sem abrigo pela adopção da figura do gestor de caso - Qualificação da intervenção junto da pessoa sem abrigo, pela obrigatoriedade de definição de planos de inserção individuais - Partilha de informação 	<ul style="list-style-type: none"> -Dificuldade em estabelecer contacto mais próximo com os sem abrigo que não se encontram já enquadrados; -Questões relacionadas com a mobilidade e a sazonalidade de algumas das situações sinalizadas; -Respostas formais pouco adequadas às situações de sem abrigo; - Grande dificuldade em colocar em prática o Plano de inserção por falta de respostas específicas; - Reduzidos recursos ao nível dos gestores de caso; - Reduzida afectação de tempo dos gestores de caso para acompanhamento das situações sinalizadas;

d. Relativamente aos Recursos Específicos na Comunidade:

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de colmatar as necessidades básicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº reduzido de instituições com respostas adequadas; - Ausência de centro de acolhimento nocturno, que funcione como elemento agregador para a intervenção nas situações em acompanhamento

2. AVALIAÇÃO QUANTO À EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DO ESQUEMA DE PROCEDIMENTOS E DE ATRIBUIÇÕES NA INTERVENÇÃO

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> -Grande envolvimento por parte das equipas que constituem o grupo de trabalho, disponibilizando-se para acompanhar a ABLA, uma vez por mês no percurso de rua - Melhor conhecimento da realidade dos sem abrigo a nível concelhio -Não duplicação das respostas 	<ul style="list-style-type: none"> -Na intervenção na emergência a sinalização de novas situações decorre ao contrário, chegando muitas vezes a sinalização de novas situações ao Coordenador de Freguesia e não à Equipa especializada; - Dificuldades na concretização dos Plano de inserção por falta de respostas

3. AVALIAÇÃO GLOBAL RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

a. Relativamente ao EIXO 1 - Conhecimento do Fenómeno

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento real da problemática; - Existência de base de dados actualizada das situações de sem abrigo, possibilitando a monitorização do fenómeno 	

b. Relativamente ao EIXO 2 - Qualificação da Intervenção

Factores de força	Constrangimentos
<ul style="list-style-type: none"> - Empenho dos técnicos envolvidos - Relação de proximidade com os sem abrigo 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de respostas específicas - Ausência de albergue nocturno

V. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO

Ao processo de implementação e acompanhamento da execução do Plano, foram imprescindíveis as seguintes reuniões de acompanhamento:

Data	Local	Âmbito	Agenda
15/01/2010	DHS	GPISA	Preparação da reunião de parceiros de 19/01/2010 para apresentação da proposta de Plano
19/01/2010	Centro Social e Paroquial de S. Pedro e S. João Estoril	GPISA+Instituições Concelhias (26)	Apresentação, discussão e validação da proposta de Plano
10/02/2010	DHS	GPISA + instituições concelhias	Identificação de recursos - gestor de caso
04/03/2010	Centro Cultural de Cascais	Plenário do CLAS	Apresentação e aprovação do Plano
24/03/2010	DHS	GPISA e Equipas Especializadas	<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos procedimentos de sinalização das situações de sem abrigo junto das Equipas Especializadas; - Definição da estratégia e calendário para constituição das Equipas Coordenadoras por Freguesia; - Definição dos critérios de prioridade para distribuição das situações de Sem Abrigo Sinalizadas e sem acompanhamento por gestor de caso - Distribuição pelas Equipas Coordenadoras por Freguesia das situações de Sem Abrigo sinalizadas e sem acompanhamento por gestor de caso - Confirmação de disponibilidade para integração da Rede de Apoio e Intervenção, de acordo com o previsto no Plano ou disponibilidade da entidade ainda que não prevista no Plano - Ponto de situação; - Identificação da/s Pessoa/s de Contacto para efeitos de operacionalização do Plano (nome, telefone, telemóvel e e-mail) - Ponto de situação;
06/04/2010	Segurança Social -Lisboa	Reunião Rede Social - Supra Concelhia	Apresentação do Plano
07/04/2010	Hospital de Cascais	Unidade de Psiquiatria e Saúde Mental	Apresentação do Plano e definição de procedimentos de articulação

PLANO CONCELHIO PARA A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS SEM ABRIGO 2010-2013 (PLANO)

Data	Local	Âmbito	Agenda
13/04/2010	Junta de Freguesia do Estoril	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> * Esclarecer processos no âmbito da operacionalização do Plano - Procedimentos de sinalização para Equipas Especializadas (EE) - Procedimentos de sinalização das EE para as ECF - Responsabilidades dos/as gestores/as de caso - Articulação com o GPISA e actualização da Base de Dados * Definir e validar critérios de prioridade e número de casos a distribuir por equipa - Validar a coordenação de cada equipa - Agendar 1ª reunião para cada equipa - Agendar reunião para Junho entre o GPISA e as ECF
25/06/2010	DHS	GPISA	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de situação das reuniões de Freguesia; - Ponto de situação da participação da Unidade de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de Cascais, no âmbito da Rede de Apoio à Integração de Pessoas Sem Abrigo; - Preparação de Workshop a realizar em Novembro, dirigido a técnicos das Equipas Especializadas e das Equipas Coordenadoras de Freguesia.
19/10/2010	DHS	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de situação por Freguesia, das situações sinalizadas; - Procedimentos relativos a transferência de informação para o GPISA - Preparação de Workshop dirigido a técnicos das Equipas Especializadas e das Equipas Coordenadoras de Freguesia.
11/11/2010	DHS	GPISA+IDT Equipa do Eixo Cascais Oeiras	Intervenção envolvendo processos de tratamento com recurso a Metadona
19/11/2010	DHS	GPISA + CASA	Discussão do contexto de intervenção da CASA no quadro do Plano
03/02/2011	DHS	GPISA + Equipas Especializadas + Equipas Coordenadoras por Freguesia + D DHS + Vereadora	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da execução 2010 - Planeamento 2011